



**RELAÇÃO ENTRE O HOMEM E NATUREZA:
UMA REFLEXÃO SOBRE A CRISE SOCIOAMBIENTAL**

**RELATIONSHIP BETWEEN MAN AND NATURE:
A REFLECTION ON THE SOCIO-ENVIRONMENTAL CRISIS**

USSIVANE, I.; JÚLIO, T. A. RELAÇÃO ENTRE O HOMEM E NATUREZA: UMA REFLEXÃO SOBRE A CRISE SOCIOAMBIENTAL. *Revista Ciência e Sustentabilidade*, Juazeiro do Norte, V.8, Nº1, p.70-82, jan./jun. 2024.

Inocélio Ussivane¹

Universidade Eduardo Mondlane (UEM)

Tomás de Azevedo Júlio²

Universidade Zambeze (UniZambeze)

Submissão: 12/03/2024

Aceite: 16/08/2024

RESUMO

O presente ensaio aborda a questão das mudanças na relação entre o homem e a natureza, tendo como eixo as grandes mudanças socioambientais. Pretende-se a partir das origens do homem na terra, analisar sua íntima relação como o meio natural através de uma comparação entre diferentes momentos históricos. A hipótese é de que a crise socioambiental emerge da ação humana ou mesmo da sua consciência, pois, a sociedade contemporânea é marcada pela exploração desenfreada de recursos naturais. O sistema capitalista que caracterizou a sociedade a partir dos anos 60, se desenvolveu sobre a racionalidade moderna e constitui um motor de desigualdades sociais e da depredação dos ecossistemas em todo o planeta. Para tal análise, adotou-se o ensaio teórico como metodologia de pesquisa, de crivo crítico, alicerçado na expropriação. Assim este ensaio sugere mudanças em nosso comportamento político-social (ecocidadania), que aponta para uma nova relação entre o homem e a natureza. Uma relação baseada no conhecimento a

¹ Doutorando em Educação pela Universidade de Brasília. Possui mestrado em Filosofia pela Universidade Eduardo Mondlane (2017). Atualmente é docente da Universidade Eduardo Mondlane. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em História da Filosofia

E-mail: inocelioussivane@gmail.com

² Doutorando em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Mestrado em Gestão Integrada: Meio Ambiente, Riscos Laborais e Responsabilidade Social pela Universidade de Concepción (com nível SOBRESSALIENTE). Investigador no Centro de Estudos e Pesquisa Social da Universidade Zambeze (Moçambique). Linha de pesquisa: mudança climática (adaptação climática) economia circular.

E-mail: tomasdeazevedojulio@gmail.com

que chamamos de ecosofia. Por conseguinte, tanto a ecocidadania e a ecosofia, configuram-se em caminhos para sustentabilidade ambiental assentes em fundamentos da ética ambiental, orientados à conservação e proteção da natureza. Portanto, essas duas dimensões têm um potencial de contribuir para o desenvolvimento sustentável, num contexto de uma crescente e complexa crise ecológica global.

Palavras-chave: relação homem-natureza; ecocidadania; ecosofia.

ABSTRACT

This essay addresses the issue of changes in the relationship between man and nature, having major socio-environmental changes as its axis. It is intended, based on the origins of man on earth, to analyze his intimate relationship with the natural environment through a comparison between different historical moments. The hypothesis is that the socio-environmental crisis emerges from human action or even from human consciousness, as contemporary society is marked by the unbridled exploitation of natural resources. The capitalist system that characterized society from the 1960s onwards developed based on modern rationality and constitutes a driver of social inequalities and the depredation of ecosystems across the planet. For this analysis, the theoretical essay was adopted as a research methodology, with a critical analysis, based on expropriation. Thus, this essay suggests changes in our political-social behavior (ecocitizenship), which points to a new relationship between man and nature. A relationship based on knowledge that we call ecosophy. Therefore, both ecocitizenship and ecosophy are paths to environmental sustainability based on the foundations of environmental ethics, oriented towards the conservation and protection of nature. Therefore, these two dimensions have the potential to contribute to sustainable development, in a context of a growing and complex global ecological crisis.

Keywords: man-nature relationship; ecocitizenship; ecosophy.

1 INTRODUÇÃO

Este ensaio tem como tema: *Relação entre o homem e natureza: Reflexão sobre a crise socioambiental*. A pertinência da abordagem do tema, decorre das grandes modificações no relacionamento dos seres humanos com a natureza ao longo do tempo. O século XXI é marcado pela emergência da crise socioambiental, causada essencialmente pela ação antropogênica, depredadora do meio ambiente, e como corolário, vem resultando no aumento das emissões de gases de efeito de estufa (IPCC, 2001). Portanto, parte substancial dessa crise, é gerada pela utopia concebida na altura de uma dinâmica de crescimento ilimitado (Meadows *et al.*, 1972; HARDIN, 1968; EHRlich, 1968). Essas ações provocam catástrofes naturais, escassez de recursos naturais, desertificação, desmatamento, poluição, etc.

Nos últimos 50 anos, as emissões de gases de efeito estufa continuaram aumentando, influenciado fundamentalmente pela intensificação da atividade industrial e da alteração na dinâmica do uso da terra. De 1990 a 2020, as emissões de gases de efeito de estufa aumentaram em mais de 50% (GE; et al, 2021). O setor energético é responsável por parte significativa dessas emissões, cerca de 76% (GE; Friedrich; VIGNA, 2021), decorrente da queima dos combustíveis fósseis. Segundo dados da EPDATA, (2023), as emissões globais de CO₂ atingiram um novo recorde mundial em 2022, chegando a 40,6 mil milhões de toneladas de CO₂, não havendo, portanto, sinais que se consiga alcançar a meta de limitar o aquecimento global em 1,5 graus celsius, até o final do século.

Estes níveis de emissões têm resultado no aumento de eventos climáticos extremos, que ciclicamente tendem a extremarem-se, causando inúmeros danos em sistemas humanos e naturais. De 2000 a 2019, foram registrados 13.329 desastres naturais, 1.504 milhões de mortes, 4.030 milhões de pessoas afetadas e 130.470 milhões de dólares em danos materiais e financeiros (UNDRR, 2021). Este panorama crítico de sustentabilidade planetária, sinaliza as características da época do antropoceno, em oposição ao período de holoceno, marcado por uma incipiente intervenção antropogênica na natureza, e por via disso, com registros de pouca disfuncionalidade no clima.

Os desafios da agenda climática a nível planetário, obstaculizam de certa forma, o alcance das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, principalmente em economias subdesenvolvidas. Esses desafios são igualmente considerados perversos (Rittel; Webber, 1973), porque não existem fórmulas pré-definidas para sua resolução, ou seja, cada solução para um problema perverso é um processo único. Por isso que Martine; Alves, (2015), designou-os de tripé ou trilema de sustentabilidade, decorrente da dificuldade de conciliar crescimento econômico, bem-estar social e sustentabilidade ambiental. Aliás, os dados observados evidenciam o aumento da cisão entre os polos desse trilema.

Portanto, esta complexa problemática enraizada no modelo atual de consumo e produção, são os grandes dilemas atuais da sustentabilidade planetária. Assim, a questão de fundo que nos propomos a refletir neste ensaio, é que modelo de desenvolvimento se pode estabelecer com a natureza, com vista a salvaguardar o normal funcionamento dos diferentes serviços ecossistêmicos, vitais para a manutenção da vida na terra. Essa premissa de reflexão, parte do pressuposto de que uma relação de exploração do homem sobre a natureza, que se fundamenta somente no domínio sobre ela, faz-se à custa de riscos ambientais globais e locais.

A perspectiva de abordagem do presente ensaio, está orientada a refletir sobre a relação do homem com a natureza, a partir bases filosóficas, tendo em conta quatro dimensões de análise, nomeadamente: i) relação do homem com a natureza; ii) problemas socioambientais; iii) *ecocidadania* como solução na busca de equilíbrio homem e natureza, e iv) humanismo ecológico e *ecosofia* como solução aos problemas ecológicos.

As propostas e análises críticas desenvolvidas ao longo ensaio, são sustentadas cientificamente pelo modelo teórico construído a partir de um acervo bibliográfico do campo

da agenda climática e da filosofia de sustentabilidade ambiental. Por outro lado, recorreu-se igualmente ao método hermenêutico, no qual consistiu na leitura e interpretação de vários textos. Por último, o ensaio está estruturado em quatro pontos: i) relação do homem com a natureza; ii) problemas socioambientais; iii) ecocidadania (em busca de equilíbrio homem-natureza); e iv) humanismo ecológico- ecosofia.

2 REFLEXÕES E DINÂMICAS DA RELAÇÃO HOMEM E NATUREZA

2.1 A relação do homem com a natureza

A relação entre o homem e a natureza³ é bastante antiga e sempre aconteceu de forma discrepante, onde por um lado o homem com a sua inteligência e ganância explorou a natureza com vista a satisfazer os seus desejos de consumo e conforto. Por outro lado, a natureza com a sua exuberância e riqueza é fonte de todas as ações humanas. Assim:

O homem faz parte da natureza. Nossa constituição biológica é parte da energia e da matéria naturais. Somos habitat de outros seres vivos, nos alimentamos de outros organismos e, quando morremos, os microrganismos tratam de reaproveitar a matéria orgânica que formava nossos corpos (Albuquerque, 2007)

Como se denota a relação homem e a natureza surge da necessidade do homem, é uma construção histórica e social que foi se moldando ao longo dos tempos. Como diz Haddad, (1999), esta relação do homem frente a natureza não é originalmente uma relação de dominação. Se a relação homem e a natureza não é originalmente de dominação, então a natureza não é propriedade do homem, daí que é lícito afirmar que a relação entre o ser humano e a natureza, não manteve um padrão constante ao longo do tempo.

Existe uma íntima ligação entre o homem e a natureza. Para compreender este veículo homem e natureza, há que voltar para a noção de *physis*, o qual inaugura o naturalismo científico (SASS, 2008). Sem dúvida, a interação entre os primeiros *homos sapiens* e o ecossistema não é a mesma que os habitantes globalizados deste planeta têm hoje com seu ambiente. Assim, a relação entre o homem e a natureza na antiguidade era vista a partir da alteridade⁴.

A antiguidade é a primeira fase da relação entre o homem e a natureza, como aborda Georgescu, (1975), ao apontar certos acontecimentos do passado como o ponto de viragem na ligação entre o homem e o seu meio. Todavia, a relação Homem e a natureza se desenvolveu com o uso de instrumentos exossomáticos, o que levou a grandes transformações nesse vínculo. No

⁴ A palavra natureza vem do latim *natura* e, de acordo com o senso comum, envolve tudo aquilo que não sofreu intervenção humana, que não é artificial. Entretanto, natural não é simplesmente o oposto de artificial. Uma árvore, por exemplo, será sempre um objeto natural, mesmo que tenha sido plantada por um jardineiro no pátio de uma escola. Embora tenha sofrido intervenção humana (afinal, árvores não crescem sozinhas em pátios de escola), a árvore não deixa de ser um objeto natural.

⁵ Com a Escola Jônica por exemplo trata a relação homem e a natureza de ponto de vista ética, diferentemente da perspectiva moderna onde há cisão com a *physis*.

princípio o ser humano dispunha apenas de instrumentos endossomáticos: suas pernas, braços e mãos. Entretanto, ao longo dos anos, desenvolveu instrumentos exossomáticos (ferramentas, armas, meios de transporte, entre outros), que lhe permitiram explorar a natureza de forma mais intensa e, infelizmente, mais destrutiva como iremos abordar. O homem é essencialmente um coletor e depois um caçador.

O homem primitivo tinha uma relação harmoniosa com o meio ambiente,⁵ em que só tirava dele o necessário para sua subsistência diária, ou seja, é um tratamento sustentável. O ser humano não interrompe o ciclo natural normal e permite que o meio ambiente se recupere (Georgescu, 1975).

A outra fase na relação homem e a natureza, se desenvolve desde a origem do ser humano até o desenvolvimento da agricultura, percorrendo a idade medieval e moderna. Na modernidade, a relação homem e a natureza caracteriza-se pela ruptura com a *physis*⁶. Os marcos que podemos destacar são progresso da agricultura até o descobrimento da América e a revolução industrial. Em todas estas etapas, há mudanças no desenvolvimento da relação homem-natureza. O homem aperfeiçoa a atividade agrícola e a sua relação com a natureza, muda radicalmente, pois, lhe é possível acumular, ou seja, obter mais sustento do meio ambiente do que o necessário para viver em seu presente.

Assim começa uma etapa de exploração mais intensiva dos recursos naturais. Quando o planeta começou a ser povoado, os problemas de perda de fertilidade da terra começaram a causar transtornos e a gerar conflitos pela posse de recursos. Mesmo assim, a relação do ser humano com a natureza não era a mesma no continente americano e no continente europeu. A revolução industrial foi a principal causa dessa mudança radical de paradigma de desenvolvimento. Ela fomentou o desenvolvimento rápido tecnológico, o uso intensivo de energia (principalmente do carvão) e a ampla industrialização dos setores de transporte e agricultura. Esse fomento foi acompanhado por algumas externalidades negativa, como é o caso da crise ecológica, que marca a época moderna.

Com o desenvolvimento das navegações marítimas há, porém, um deslocamento de recursos e habitantes que influenciaram fortemente o meio ambiente através da transmissão de doenças e da introdução de espécies exóticas que alteraram o equilíbrio ecológico local. Esses efeitos, tornaram-se mais palpáveis com a descoberta da América, evento que envolveu a exploração indiscriminada dos recursos minerais do continente americano e provocou notáveis transformações no ecossistema local (Georgescu, 1975).

Neste período da história, o homem não extraía do meio ambiente o que era necessário para sobreviver, mas procurava acumular e satisfazer necessidades que iam além da mera

⁶ Daqui resulta que a concepção das culturas primitivas resiste ao desenvolvimento. Mas como diz Ngoenha (1994), esta concepção tem em vista a evitar catástrofe ecológica.

⁷ Por isso Descartes afirma que o homem é possuidor da natureza e Bacon refere que a relação que o homem tem com a natureza é para dominá-lo.

subsistência. O desenvolvimento de grandes indústrias significou para o ecossistema a geração de quantidades de resíduos e poluentes de diversos tipos que modificariam para sempre o equilíbrio ecológico planetário⁷. Essa etapa foi marcada pela exploração ultra-intensiva de quase todos os recursos naturais, afetando seriamente os equilíbrios ecológicos locais, por meio da extração indiscriminada de recursos que geraram problemas não apenas ambientais, mas também sociais.

Os cenários futuros continuarão sendo ainda mais desastrosos para a humanidade, com as perspectivas de aumento das emissões de gases de efeito de estufa. De acordo com Nações Unidas, (2019), a população mundial poderá crescer em 2 bilhões de pessoas nos próximos 30 anos, passando dos atuais 7,7 bilhões de indivíduos para 9,7 bilhões em 2050. Esse crescimento será ainda significativo na África Subsaariana, onde espera-se que nesse período, 25% da população mundial viva nessa região (World Bank, 2020). Esse incremento poderá resultar no aumento da demanda por um conjunto de serviços e bens, com particular destaque para água, alimentos, transporte, habitação e energia. Por sua vez, isso resultará no aumento da pressão dos recursos naturais, através da queima contínua dos combustíveis fósseis e mudanças no uso da terra. De acordo com Fernandes, (2011), as emissões globais poderão aumentar em 50% até 2050, influenciado principalmente por uma maior demanda de energia e do crescimento econômico das economias emergentes. As economias subdesenvolvidas, com particular destaque, aos países de África Subsaariana serão os mais afetados pelos eventos climáticos, decorrente da sua estrutura socioeconômica bastante frágil, a pesar dos seus níveis marginais de emissões, cerca de 4% (World Energy Council, 2017).

2.2 Problemas socioambientais

Os atuais problemas socioambientais resultam da relação homem e natureza (IPCC, 2021), isto é, da destruição da natureza que acontece da inversão de papéis entre o homem e a natureza. Ngoenha, (1994), acredita que isto é resultado das tecnologias. Assim: na “*época tecnológica, a relação entre o Homem e a natureza inverteu-se. De servo da natureza, o Homem tornou-se seu patrão, não um patrão sábio e prudente, mas um patrão astuto*” (Ngoenha, 1994). Como se deduz, com o modo de produção atual, o capitalismo, a relação entre o homem e a natureza vai de mal a pior.

Para o nosso debate destacamos três marcos do século XX e XXI, que contribuíram para os problemas socioambientais: i) a primeira revolução industrial, caracterizada pela invenção da máquina a vapor, que teve sua parcela no desmerecimento do natural, empregando uma economia baseada na propriedade privada do capital, dividindo o contexto social em dois grupos, os proprietários (donos do capital) e os empregados, que foram a base para o sucesso econômico na altura; ii) a segunda revolução industrial, que assim como as demais,

⁸ A revolução industrial foi, sem dúvida, um evento de relevância para a ecologia.

vem associada na concentração do capital. A modernização das técnicas da agricultura com a utilização de fertilizantes e agrotóxicos, apoiadas por programas governamentais, contribuíram para a degradação ambiental, (Cidreira-Neto; Rodrigues, 2017). Nesta altura, vários movimentos ambientalistas e pesquisadores, manifestaram-se contra o impacto do uso intensivo de agrotóxicos no equilíbrio ecológico. Desse autores, destaca-se Carson, (1962), na sua clássica obra, *Primavera Silenciosa*, na qual propõe um modelo de agricultura assente em soluções baseadas na natureza, regenerativo da natureza. Mais tarde, autores como Braungart; McDonough, (2002), Connet, (2016), Macarthur; Foundation, (2015) seguiram a mesma perspectiva de abordagem, propondo um modelo de produção e consumo baseado no desenho ecológico (fabrico ecológico de produtos); e iii) a revolução verde, que teve o seu início nos Estados Unidos de América e na Europa, caracterizada como um período em que a agricultura passava para uma configuração capitalista, ocasionando em destruição de florestas, diminuição da biodiversidade genética, erosão do solo e poluição dos recursos ambientais, incluindo os utilizados na alimentação (Cidreira-Neto; Rodrigues, 2017).

Com a industrialização, o homem explora a natureza de forma exacerbada e irresponsável, o que cria várias catástrofes, sob o efeito da explosão da civilização industrial.

O Homem tomou-se um agressor prepotente e um explorador exigente. Na época tecnológica o Homem agride a natureza e esvazia-a de tudo: ferro, carvão, petróleo, minerais, água, ar. Em vez de cultivador, o Homem do século XX tornou-se um explorador selvagem da natureza (Ngoenha, 1994).

Nesta senda, Papa Francisco na sua carta encíclica *laudato si*, denuncia vários males que o homem pratica sobre a natureza. Todavia, este é o século de martírio da natureza, pelo homem, o que de certa forma cria um caos a *casa comum*. Refere Papa Francisco que:

Produzem-se anualmente centenas de milhões de toneladas de resíduos, muitos deles não biodegradáveis: resíduos domésticos e comerciais, detritos de demolições, resíduos clínicos, electrónicos e industriais, resíduos altamente tóxicos e radioactivos. a terra, nossa casa, parece transformar-se cada vez mais num imenso depósito de lixo (Santo Padre Francisco, 2015).

Urge a necessidade duma mudança radical no comportamento da humanidade face a natureza, porque os progressos científicos mais extraordinários, as invenções técnicas mais assombrosas, o desenvolvimento económico mais prodigioso, se não estiverem unidos a um progresso social e moral, voltam-se necessariamente contra o homem. As consequências deste modelo de consumo e produção são terríveis. No plano material, provocou uma crise energética muito grave, e torna incerto e obscuro o futuro da humanidade. Estas razões fazem com que o problema primordial, quer das sociedades ditas primitivas, quer das sociedades desenvolvidas, seja o lugar do homem na natureza (Ngoenha, 1994).

Esta preocupação com o lugar do homem na natureza, vem gerando nos últimos anos, interessantes e complexas reflexões, grande parte delas, sintetizadas nos relatórios do IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change*). Esses relatórios abordam três agendas da

literatura sobre a agenda climática: agenda de mitigação, adaptação e de justiça climática (IPCC, 2014). A necessidade de viabilizar a sustentabilidade da vida no planeta, tem sido desafiada pela dificuldade de conciliar essas três dimensões de agendas. Por um lado, notam-se poucos avanços na materialização dos acordos internacionais (principalmente do acordo de Paris e das COP's) para a redução das emissões de gases de efeito de estufa, por outro, fica evidente que os limites da adaptação climática vão sendo alcançados em muitas regiões do globo, decorrente dos sucessivos fracassos da agenda de mitigação climática. Esses fracassos vêm contribuindo para um aumento das emissões, intensificação dos eventos climáticos e deficiente funcionamento dos serviços ecossistêmicos de regulação e de provisão. Entretanto, parte considerável desses impactos negativos, vem recaindo sobre os países subdesenvolvidos, fragilizando os seus já precários indicadores de desenvolvimento. Daí que a agenda de justiça climática, visa através do fundo de perdas e danos (recentemente aprovado em Egito), apelar às economias avançadas e em vias de desenvolvimento (maiores responsáveis pela crise ecológica), a compensarem aos países pobres pelos danos causados, por um fenômeno, na qual pouco participam para a sua geração. Essa compensação pelos danos causados, continua sendo uma utopia, justamente porque ainda é um processo voluntário e desprovido de metodologia de seleção, inventariação, orçamentação e alocação dos referidos fundos aos países afetados.

3 POTENCIAIS ALTERNATIVAS PARA A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

3.1 Ecocidadania: uma busca por equilíbrio homem-natureza

Uma das alternativas para mitigação da relação conflituante entre o homem e natureza, seria a adoção da ecocidadania. Pretende-se com esta proposta mostrar a necessidade de participação e intervenção do homem nas decisões locais, sobre questões do ambiente, biodiversidade e desenvolvimento sustentável.

As políticas estatais de conservação não são suficientes, se não há uma mudança comportamental do homem, face a natureza. O relatório do IPCC (2021) evidencia algumas restrições e limites que podem obstaculizar o processo de adaptação climática, e a não participação do homem, como ator-chave na mudança de paradigma relacional com a natureza, pode tornar a agenda climática, num fracasso. Historicamente, há registros de acordos internacionais para a viabilização da agenda climática, destacando o acordo de Paris e os encontros anuais da COP (Conferência das Partes). Entretanto, se o homem (elemento central de mudança) não adotar padrões sustentáveis de relacionamento com a natureza, toda ação internacional torna-se inoperante. Daí que achamos que a mudança no pensamento social é crucial para a sustentabilidade global do ambiente.

Estando hoje a relação entre o homem e natureza baseada na exploração da natureza, nos apoquent a fazer a seguinte questão: é possível manter a lógica de acumulação, de crescimento ilimitado e linear e ao mesmo evitar a quebra dos sistemas ecológicos? Daí alguns autores propõem outros modelos de desenvolvimento, contrários ao atual, como: economia circular

(Braungart; McDonough, 2002; Connet, 2016; Macarthur; Foundation, 2015); e decrescimento (Wienke; Bernardes, 2023).

Boff (1997) mostra preocupação em relação ao futuro das espécies, isto é, o desaparecimento das espécies, a depredação dos recursos naturais, sobre os quais as futuras gerações também têm direito. Nisto propõe uma reflexão ecológica da qual deve o homem reconhecer a importância da mãe-natureza para as gerações vindouras. Pois:

A ecologia⁸ dá corpo a uma preocupação ética, também cobrada de todos os saberes, poderes e instituições: em que medida cada um colabora na salvaguarda da natureza ameaçada? Em que medida cada saber incorpora o ecológico, não como um tema a mais em sua disquisição, deixando inquestionada sua metodologia específica, mas em que medida cada saber se redefine a partir da indagação ecológica e aí se constitui num factor homeostático, vale dizer, factor de equilíbrio ecológico, dinâmico e criativo (Boff, 1997).

Como se percebe, Boff (1997), propõe uma ética ambiental onde, o homem valoriza cada vez mais o contato com os ambientes naturais, ao invés de se comportar com completa ignorância do que vê e sente, fascinado pelas paisagens, florestas e praias. O ser humano não pode sobreviver sem a natureza. O ser humano e a sociedade sempre estabelecem uma relação com o meio ambiente. O ser humano provém de um longo processo biológico. Sem os elementos da natureza, da qual ele é parte e parcela, sem os vírus, as bactérias, os micro-organismos, o código genético, os elementos químicos primordiais, ele não existiria (Boff, 1997). Estas transformações alteram a natureza interna, traz argumento base para entender como as ações humanas interferem no contexto ambiental, embaçando o entendimento da relação homem-natureza (Cidreira-Neto; Rodrigues, 2017). É preciso haver equilíbrio na relação homem e a natureza.

O equilíbrio do meio ambiente é um dever constitucional, mas hoje com a atual base capitalista, diversos problemas ambientais surgem, como a perda da biodiversidade, desastres ambientais, segregação social a partir da marginalização dos que não possuem poder aquisitivo. Essa forma de crescimento induz que a natureza é um meio para saciar as necessidades e desejos humanos (Cidreira-Neto; Rodrigues, 2017).

Por conseguinte, há uma urgente mudança de comportamento e práticas sobre a mãe-natureza. Assim:

O equilíbrio entre a sociedade e a natureza, com base no pensamento de Marx, está na luta de classes, onde o capitalismo imposto é combatido e derrubado a partir da luta popular, reformulando o padrão de utilização maçante da natureza para fabricação de objetos insignificantes, para a produção de valores de uso, apenas satisfazendo as principais necessidades humanas (Cidreira-Neto; Rodrigues, 2017).

⁹ Segundo José A. Lutzenberger citado por Boff (1997) “A ecologia é a ciência da sinfonia da vida, é a ciência da sobrevivência.

Os problemas socioambientais não podem ser considerados um desequilíbrio de uma relação sujeito/objeto (homem/natureza). Não é que a natureza esteja revoltada com o homem e, por isso, queira exterminá-lo. A relação homem/natureza é, antes de tudo, uma relação do homem com ele mesmo, que age na natureza a partir de sua vontade e de seus planos. Daí que, Paniker, (1994) propõe, *ecosofia*⁹ que aprofunda a sabedoria do *oikos*. Esta abordagem ecosófica de Paniker, propõe um profícuo diálogo intercultural-inter-religioso (hinduísmo, cristianismo e budismo). Embora o autor não tenha desenvolvido sistematicamente a noção de *ecosofia*, sua ontologia do amadurecimento, expressa na noção de ritmo do ser, pode nos aproximar de uma nova compreensão dessa sabedoria que se manifesta em um devir, onde o divino participa, o humano e o cósmico. A noção de *ecosofia* se assenta na vida contemplativa e na sabedoria da interdependência entre o Homem e a Natureza.

3.2 Humanismo ecológico- ecosofia

A Humanização do Mundo passa, portanto, pela mediação de objectos materiais e de objectos simbólicos: através de uma combinação infinitamente diversificada «gestos e de palavras» (Ngoenha, 1994).

A dimensão humana na intuição cosmo-teândrica tem carácter relacional, enquanto Paniker, (1994) enfatiza o status ontológico da consciência humana, como mediadora e não como intermediária (como agente). Esse papel mediador implica que todo ser real entre no campo da consciência e, como tal, esteja relacionado ao conhecimento humano. Ou seja, o que falamos, pensamos, afirmamos ou negamos é em relação à nossa consciência. O fato de toda a realidade viver humanizada pela consciência humana, não deve ser interpretado de forma antropocêntrica.

A *ecosofia* é aquela sabedoria que nos faz sentir que a terra é também um sujeito e, mais ainda, uma dimensão constitutiva e definitiva da realidade. Portanto, não é usado como meio, mas é jogado como parceiro (Paniker, 1994)

Assim, Paniker, (1994) acredita que todas as questões de crise socioambiental dependem da consciência humana daí que menciona que as *águas da consciência humana banham as margens da realidade*, ou seja, tanto o material como o divino são irredutíveis apenas à consciência. Sem dúvida, aqui entramos na abundante discussão contemporânea entre as posições antropocêntricas e biocêntricas da ética ambiental e ecológica.

⁹ A palavra *ecosofia* nos remete a um termo composto entre as palavras gregas *oikos*, casa, e *sophia*, sabedoria. Seu nome sugere o reconhecimento de uma sabedoria presente em nosso *oikos*. Essa sabedoria é atual em muitas visões de mundo dos povos indígenas que hoje ganham força como novos para os dogmas de convivência com a Terra, um exemplo é a proposta do Bem Viver ou Sumak Kawsay na América. No entanto, essas iniciativas são ofuscadas pela visão monocultural dominante de origem europeia que, em sua exaltação do sujeito histórico, desencadeou o que Raimon Panikkar chamou de “perda da experiência do cosmos na vida humana”.

O ser humano não pensa como os seres inanimados. Ele tem, porém, um condicionante antropológico em todo conhecimento do mundo. Paniker, (1994) para enfrentar esse dilema, recorre ao antropocentrismo e biocentrismo, embora seja de uma abordagem ecosófica, isso porque a intuição não tem centro, ou seja, não gravita em torno de uma única questão sobre a natureza e o ambiente.

Por outro lado, tomando a discussão do antropocentrismo, Paniker, (1994) reconhece o ser humano como um ser por onde transita o *logos*, embora como já salientámos, para este autor a realidade não se reduz ao *logos* humano, por isso assinala: *Não sou homocêntrico. Acho que não podemos falar do homem separado de Deus e separado do cosmos: vivemos todos a mesma aventura* (Paniker, 1994). A experiência humana não precisa ser antropocêntrica, embora isso não signifique fugir do humano. Esse reconhecimento da participação do ser humano no desdobramento cósmico, ou cosmogênese, é o que faz Boff, (1997), afirmar a impossibilidade de todo pensamento antropocêntrico, ou melhor, androcêntrico. Razão pela qual, apela ao chamado princípio antrópico, que revela a singularidade do ser humano como ser consciente, como função cognitiva e relacional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação homem-natureza encontra-se alvoroçada. A utilização da natureza tem sido objeto das condutas humanas guiadas pela razão, direcionadas para a satisfação das suas necessidades, conduzindo o relacionamento do Homem com a natureza a níveis prejudiciais para a própria natureza.

A ecocidadania implica a capacidade de o indivíduo participar na prevenção dos problemas ambientais de forma ativa, pois, nenhuma lei, a medida, terá efeito desejado se a consciência humana não muda seu padrão de consumo e produção. Há, porém, que eliminar as causas estruturais das disfunções da economia mundial e corrigir os modelos de crescimento que parecem incapazes de garantir o respeito sobre o meio ambiente. A participação do cidadão na *polis*, implica o conhecimento das normas, daí que, na participação ecológica propomos também o conhecimento de normas que regem o ambiente. A materialização deste direito, passa necessariamente por uma gestão correta do ambiente e dos seus componentes e pela criação de condições propícias à saúde e bem-estar das pessoas.

A outra proposta para de humanização do meio ambiente tem a ver com a sabedoria em relação ao ambiente, assente na ecosofia. Este paradigma, configura uma relação ética com a natureza, enquanto *physis* e *nomos* constituem uma relação pessoal. É uma relação pessoal e profunda que não pode ser explicada por critérios utilitários, racionalistas ou mesmo estéticos.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, B. P. de. **As relações entre o Homem e a natureza e a crise Sócio-ambiental**. 2007. 96 f. - Fundação Oswaldo Cruz, [s. l.], 2007. Disponível em: <https://www.epsvj.fiocruz.br/upload/monografia/13.pdf>.
- BOFF, L. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres: Dignidade e direitos da mãe terra**. [S. l.: s. n.], 1997.
- BRAUNGART, M.; MCDONOUGH. **Cradle to Cradle : Remaking the Way We Make Things**. Firsted. New York: [s. n.], 2002.
- CARSON, R. **Silent Spring**. Firsted. New York: [s. n.], 1962. *E-book*. Disponível em: https://www.fao.org/fileadmin/templates/library/pdf/Silent_spring.pdf.
- CIDREIRA-NETO, I. R. G.; RODRIGUES, G. G. Relação Homem-natureza e os limites para o Desenvolvimento Sustentável. **Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, [s. l.], v. 6, p. 142–156, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu>.
- CONNET, P. **Solución Residuo Cero**. Kaicroned. Castellón: [s. n.], 2016.
- EHRlich, P. R. **The population bomb**. Firsted. New York: [s. n.], 1968. *E-book*. Disponível em: <http://pinguet.free.fr/ehrllich68.pdf>.
- EPDATA. **Emisiones de CO2 y gases de efecto invernadero**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.epdata.es/datos/cambio-climatico-datos-graficos/447>. Acesso em: 11 mar. 2024.
- FERNANDES, D. **OCDE: Emissões devem aumentar 50% até 2050**. [S. l.], 2011. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/11/111124_emissoes_df_rc. Acesso em: 11 mar. 2024.
- GE, M.; FRIEDRICH, J.; VIGNA, L. **Cuatro gráficos que explican las emisiones de gases de efecto invernadero por país y por sector**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://es.wri.org/insights/cuatro-graficos-que-explican-las-emisiones-de-gases-de-efecto-invernadero-por-pais-y-por>. Acesso em: 11 mar. 2024.
- GEORGESCU, R. Selecciones de mitos de la economía y la energía. **Southern Economic Journal**, [s. l.], v. 3, 1975.
- HADDAD, F. Trabalho e linguagem (para a redialetização do metabolismo). **Lua nova- revista de cultura e política**, [s. l.], 1999.
- HARDIN, G. The Tragedy of the Commons. **American Association for the Advancement of Science**, [s. l.], v. 162, p. 1243–1248, 1968. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1724745>.
- IPCC. **Climate Change 2001: Impact, Adaptation and Vulnerability**. Madrid: [s. n.], 2001.
- IPCC. **Climate Change 2014: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change**. [S. l.: s. n.], 2014.
- IPCC. **Climate Change 2021 The Physical Science Basis**. [S. l.: s. n.], 2021.

MACARTHUR, E.; FOUNDATION. **TOWARDS A CIRCULAR ECONOMY: BUSINESS RATIONALE FOR AN ACCELERATED TRANSITION**. [S. l.: s. n.], 2015. Disponível em: <https://emf.thirdlight.com/link/ip2fh05h2lit-6nvypm/@/preview/1?o>. .

MARTINE, G.; ALVES, J. E. D. Economia, sociedade e meio ambiente no século 21: tripé ou trilema da sustentabilidade?. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [s. l.], v. 32, p. 433–460, 2015.

MEADOWS, D. H. *et al.* **The Limits to growth: A report for the Club of Rome's project on the predicament of mankind**. New York: [s. n.], 1972. Disponível em: <https://www.donellameadows.org/wp-content/userfiles/Limits-to-Growth-digital-scan-version.pdf>. .

NACIONES UNIDAS. **World Urbanization Prospects**. New York: [s. n.], 2019. Disponível em: <https://population.un.org/wup/Publications/Files/WUP2018-Report.pdf>. .

NGOENHA, S. E. **O Retorno do Bom selvagem: uma perspectiva filosófica Africana do problema ecológico**. [S. l.: s. n.], 1994.

PANIKER, R. **Ecosofia. para una espiritualidad de la tierra**. [S. l.: s. n.], 1994.

RITTEL, H. W. J.; WEBBER, M. M. Dilemmas in a General Theory of Planning. **Policy Sciences**, [s. l.], v. 4, p. 155–169, 1973. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF01405730>.

SANTO PADRE FRANCISCO. **Carta Encíclica Laudato Si: Sobre o Cuidado da Casa Comum**. [S. l.], 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_encyclica-laudato-si.html. Acesso em: 11 mar. 2024.

SASS, L. B. **Direito e Natureza - (Re) Construindo Vínculos a partir de uma Ecocidadania**. [S. l.: s. n.], 2008.

T., P. *et al.* **Decoupling debunked: Evidence and arguments against green growth as a sole strategy for sustainability**. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: [The European Environmental Bureau %0Awww.eeb.org](https://www.eeb.org). .

UNDRR. **Tendencias y estadísticas**. [S. l.: s. n.], 2021. Disponível em: [https://www.undrr.org/sites/default/files/inline-files/7-Tendencias y estadísticas_2.pdf](https://www.undrr.org/sites/default/files/inline-files/7-Tendencias%20y%20estadísticas_2.pdf). .

WARD, J. D. *et al.* Is Decoupling GDP Growth from Environmental Impact Possible?. **PLoS ONE**, [s. l.], v. 11, p. 14, 2016.

WIENKE, F. F.; BERNARDES, I. P. G. Decrescimento Econômico como Alternativa ao Risco Ecológico Global. **Scielo Brasil**, [s. l.], v. 20, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vd/a/jJHprvTmj5MZZbyYrkgx7wm/#>.

WORLD BANK. **Population, Total**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POPTOTL>. .

WORLD ENERGY COUNCIL. **World Energy Scenarios**. [S. l.: s. n.], 2017. Disponível em: https://www.worldenergy.org/assets/downloads/LAC-Scenarios_Full-Report_FINAL.pdf. .